



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

402

2.º	PUBL. 400 NO D. O. U.
C	08.06.1998
C	<i>Stelvio</i>
	Rubrica

Processo : 11080.010129/95-80

Acórdão : 203-03.486

Sessão : 17 de setembro de 1997

Recurso : 101.304

Recorrente : PISTÔES SULOY S.A. IND. E COM.

Recorrida : DRJ em Porto Alegre - RS

**COFINS - CONSTITUCIONALIDADE** - A autoridade administrativa é competente para apreciar matéria constitucional. No entanto, a constitucionalidade das leis deve ser presumida e apenas quando pacífica a jurisprudência, consolidada pelo STF, será merecida consideração da esfera administrativa. Posição do STF em decisão com efeito vinculativo. MULTA - redução para 75% em face da Lei nº 9.430/96 e do Ato Declaratório nº 01/97.  
**Recurso parcialmente provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**PISTÔES SULOY S.A. IND. E COM.**

**ACORDAM** os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para reduzir a multa de ofício.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Francisco Sérgio Nalini.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Daniel Corrêa Homem de Carvalho  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros F. Mauricio R. de Albuquerque Silva, Renato Scalco Isquierdo, Ricardo Leite Rodrigues, Mauro Wasilewski, Sebastião Borges Taquary e Henrique Pinheiro Torres (Suplente).

eaal/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE<sup>428</sup>

**Processo :** 11080.010129/95-80

**Acórdão :** 203-03.486

**Recurso :** 101.304

**Recorrente :** PISTÔES SULOY S.A. IND. E COM.

## RELATÓRIO

Contra a contribuinte foi lavrado auto de infração em decorrência do não-recolhimento do COFINS incidente sobre a receita de vendas de mercadorias e serviços no período de abril/92 a dezembro/93.

Em impugnação de fls. 44/49, a contribuinte alega a inconstitucionalidade do COFINS em razão de a mesma ter natureza de tributo e não de contribuição social. Sendo tributo, estaria violando o art. 154, inciso I da Constituição Federal, dado que o exercício da competência residual pela União não pode se dar através da imposição de tributo de natureza cumulativa, como seria o COFINS.

Em Decisão de fls. 51/54, a autoridade monocrática entende que a autoridade administrativa não possui competência para decidir sobre questões de constitucionalidade, o que apenas ao Poder Judiciário. Afirma, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, em Ação Declaratória de Constitucionalidade, manifestou-se pela constitucionalidade do COFINS.

Entretanto, apesar de a autoridade julgadora entender que não há impugnação propriamente dita, decidiu excluir da base de cálculo do imposto as receitas provenientes de vendas ao mercado externo. Portanto, foi excluído o total de 92.605,95 UFIR do crédito apurado.

Em Recurso de fls. 61/64, a contribuinte repete os argumentos apresentados na peça impugnatória.

Contra-Razões às fls. 67/68.

É o relatório.



Processo : 11080.010129/95-80  
Acórdão : 203-03.486

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO

No mérito versa a questão sobre a constitucionalidade do COFINS.

Como bem afirma a autoridade monocrática, no sistema constitucional brasileiro, as leis têm presunção de legitimidade, i.e., entende-se que não ofendem a Constituição até o momento em que sejam julgadas inconstitucionais. Mesmo entendendo que a esfera administrativa não esteja vinculada às decisões do Supremo Tribunal Federal, a apreciação da matéria por esse órgão oferece inequívoca diretriz de julgamento. E o Supremo vem se posicionando reiteradamente pela constitucionalidade do COFINS, inclusive em Ação Declaratória de Constitucionalidade.

A autoridade administrativa não deve se limitar a aplicar a lei sem emitir qualquer juízo de valor acerca da legalidade ou constitucionalidade das normas. Entretanto, deve antes observar a posição dos julgadores tanto na esfera judicial, como na administrativa e a partir das mesmas obter uma diretriz.

Neste sentido, o Parecer PGFN/CRF nº 439/76, em resposta à consulta formulada pelo Sr. Secretário da Receita Federal, afirmou ter este Colegiado competência para julgar matéria constitucional, entretanto, apresenta a seguinte ressalva: "...é mister que a competência julgadora dos Conselhos de Contribuintes seja exercida - como vem sendo até aqui - com cautela, pois a constitucionalidade das leis sempre deve ser presumida. Portanto, apenas quando pacificada, acima de toda dúvida, a jurisprudência, pelo pronunciamento final e definitivo pelo STF, é que haverá ela de merecer a consideração da instância administrativa."

A posição do Supremo Tribunal Federal, no entanto, como já foi afirmado anteriormente é de que o COFINS não fere qualquer princípio constitucional, senão vejamos:

"Constitucional e Tributário. Seguridade Social. Contribuição Social. COFINS. Lei Complementar 70, de 30/12/91. Constitucionalidade. A Contribuição Social de que trata a LC 70, de 30/12/91 (COFINS) foi instituída com fundamento no art. 195 da Carta Magna, e não atenta contra qualquer princípio constitucional ou tributário sendo irrelevante a circunstância de sua cobrança ser efetuada por órgão da Receita Federal, portanto, o produto é destinado ao financiamento da Seguridade Social." (TRF-1<sup>a</sup> região. AC 93.01.22532-8/MG. Rel: Juiz Daniel Paes Ribeiro. 3<sup>a</sup> Turma. Decisão: 07/03/94. DJ 2 de 11/04/94, p. 14.878.)"



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 11080.010129/95-80

Acórdão : 203-03.486

Assim, entendo não assistir razão à Recorrente, visto que a exaustiva apreciação da matéria já apontou para o não reconhecimento da constitucionalidade do COFINS.

No que concerne à multa de 100% entendo deva ser reduzida por força do disposto na Lei nº 9.430/96 e no Ato Declaratório nº 01/97, que determinam a redução da multa para 75%.

Pelo exposto, dou provimento parcial ao recurso.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1997

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Daniel Corrêa Homem de Carvalho".

DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO